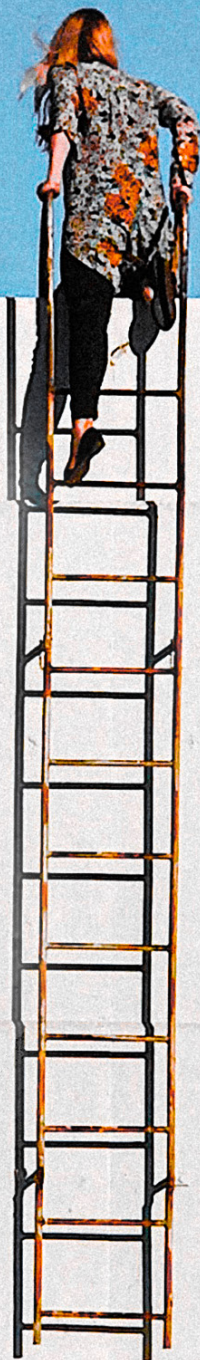


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

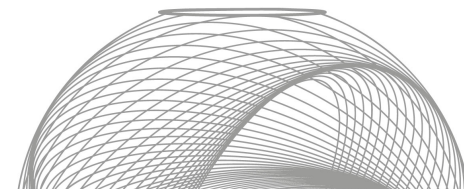
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

POLÍTICAS PÚBLICAS E GEOGRAFIA: DOS MODELOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS PARA O PROBLEMA DA INTERAÇÃO SOCIEDADE-ESTADO-ESPAÇO

Juliana Nunes Rodrigues

Universidade Federal Fluminense

juliananunes@id.uff.br

Guilherme Félix Machado Filho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

guilhermefelixmf@gmail.com

Introdução

O debate sobre as maneiras de estudar as políticas públicas no campo da Geografia não é novo. Este texto tem por objetivo retomar o tema sem, no entanto, esgotá-lo. O objetivo é destacar alguns elementos a respeito de como os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados na busca de um olhar geográfico para os processos políticos implicados na formulação de agendas e nas interações Estado-sociedade. Nesse sentido, o campo de estudos sobre os ativismos sociais na Geografia oferece um quadro de análise importante para se pensar as condições espaciais pelas quais grupos organizados na sociedade interferem no sistema político.

Tomando-se como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo, que perpassa diferentes fases – agenda, formulação, implementação e avaliação –, podemos nos perguntar sobre a dimensão espacial de cada uma delas, e suas relações com a forma como o poder político se expressa e se organiza territorialmente. Neste ponto, é preciso introduzir uma distinção que será fundamental para apreendermos os sentidos da política e a maneira como entendemos

suas relações nas diferentes fases que compõem o modelo analítico do qual partimos.

Sabemos que o termo *política* é polissêmico. Esse termo abarca i) a compreensão sobre a sociedade política e sua dimensão institucional mais geral - *polity*; ii) processos políticos que se referem aos conflitos de interesses e as decisões sobre objetivos, prioridades, recursos, estratégias de agentes e atores em disputa - *politics*; e iii) a política pública, seus processos e resultados - *policy*.

Em nossa perspectiva, ainda que os geógrafos tenham se dedicado à análise de políticas públicas (*policy*), faltam estudos sistemáticos, na Geografia, sobre a maneira como o desenho institucional da política (*polity*) no território afeta a sua implementação (Arretche, 2000). Some-se a isso o fato de que é recente (Azevedo, 2021; 2018; Azevedo; Linares, 2020; Borges, 2020; Machado Filho, 2020; 2018; Lee, 2009) o interesse sobre a espacialidade da atividade política inscrita nas tensões entre forças instituintes e poder instituído (Castro, 2012; 2018a; 2018b;). Importa-nos, portanto, questionar sobre as contribuições dos geógrafos sobre as dimensões espaciais dos processos políticos que se dão à montante, nos processos de formulação, que envolvem os conflitos sobre a própria concepção de interesse público. Mais especificamente, é possível indagar sobre a espacialidade dos processos políticos que envolvem os conflitos entre agentes e atores interessados em afetar a agenda política? Qual a espacialidade implicada nos processos de formulação de agenda? De que modo a sociedade, organizada por meio de diversos agentes e suas estratégias de atuação, entra em interação com os espaços institucionais habituais, afetando os processos de definição de prioridades e objetivos?

Esses questionamentos constituem o ponto de partida deste texto, que procura, antes, suscitar o debate sobre eles, de forma não exaustiva. Considerando-se a expansão dos canais e dos espaços de interlocução e de interação entre sociedade civil organizada e governos, que se ampliaram e se diversificaram no Brasil nos últimos trinta anos, intentamos privilegiar o tema das políticas públicas a partir de dois componentes principais: i) as características do desenho institucional, que constitui uma mediação importante nos processos de formulação de políticas; 2) os ativismos, seus potenciais e limites para afetar a agenda política, por meio de canais institucionais ou de repertórios, performances e táticas que têm expressão em outras espacialidades.

Posto isso, organizamos o texto da seguinte maneira: a primeira seção introduz a temática, rememorando o conceito de políticas públicas e o modelo que considera os processos de formulação, implementação e avaliação como uma chave interpretativa que marcou os estudos sobre o tema. Ademais, recuperamos algumas leituras sobre as mediações que o desenho político-institucional impõe aos processos de elaboração e de implementação de políticas. Nesse ponto, argumentamos sobre a insuficiência dos modelos binários e a importância de se considerar os contextos políticos e as coalizões político-partidárias nas análises sobre o desempenho e os efeitos de políticas públicas em distintos recortes e escalas espaciais.

Na segunda seção, exploramos mais detidamente os ativismos sociais como componentes dos processos de formulação de agenda. Esse é um campo que abarca, na Geografia, distintas possibilidades de aproximação teórica e epistemológica, e buscamos ressaltar as diferentes concepções sobre a espacialidade da ação política dos

grupos mobilizados na sociedade. Em um primeiro momento, apresentaremos como a relação entre sociedade e Estado é discutida na literatura sobre os ativismos sociais, destacando as principais formas de compreensão da atuação dos ativismos sobre o sistema político. Em seguida, discutiremos como a Geografia estuda esse tema, destacando as diferentes perspectivas de análise das espacialidades dos ativismos sociais e os impasses epistemológicos quanto à concepção da lógica espacial da ação política instituinte.

Por fim, destacamos uma grade de análise de relações socioestatais que nos possibilita compreender as maneiras como a sociedade e o Estado interagem, de forma relacional, nos processos de elaboração de políticas públicas, em distintos desenhos político-institucionais. Nossos interesses investigativos se situam, portanto, nos conflitos inerentes aos processos de formulação de agenda, distanciando-nos dos estudos voltados à análise dos diversos efeitos e da avaliação dos resultados de políticas públicas.

Políticas Públicas e Modelos Político-Institucionais⁴⁶

Para uma definição mínima, por políticas públicas entendemos intervenções de autoridades investidas de poder público e de legitimidade para afetar comportamentos e práticas em limites territoriais precisos; ou simplesmente, “tudo o que os atores governamentais decidem fazer ou não fazer” (Sanchez, 2005; Thoenig, 1985; Dye, 1981), ordenando as práticas sociais em limites territoriais identificáveis e mensuráveis. Neste ponto, pode-se avançar que as definições de políticas públicas, mesmo as mais minimalistas, orientam para o locus onde “os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem” (Souza, 2006, p. 13), ou seja, a sociedade, seus quadros institucionais e os governos. Sem pretender aprofundar aqui as perspectivas intelectuais possíveis para a apreensão do conceito, interessa-nos sobretudo suscitar o debate sobre uma agenda de pesquisa, na Geografia, interessada no porquê de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, seus objetivos, a trajetória seguida e o papel dos diversos agentes estatais e não-estatais envolvidos nos processos decisórios, além dos que serão afetados pela política pública. Nessa perspectiva,

para que as medidas do agente público possam realmente ser identificadas como política pública, elas devem, primordialmente, formar a substância concreta de um quadro geral de ação previamente definido e, obrigatoriamente, estar de acordo com objetivos a serem atingidos, previamente determinados em função de normas e valores (Magdaleno, 2010, p.62).

Nesse sentido, não é demais lembrar que políticas públicas emergem a partir de problemas que não são inatos, mas construídos; ou seja, para que um problema seja

46 Esta seção retoma e amplia algumas ideias-chave apresentadas em: RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia: a retomada de um debate. GEOUSP, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

incluído na agenda política, é preciso que seja reconhecido como tal, o que denota certa lógica de escolha que é relativa aos valores sociais privilegiados no contexto socioespacial e temporal em que se estabelece, dos agentes políticos envolvidos, das características das coalizões político-partidárias e da própria opinião pública. Isso significa dizer que tal escolha é historicizada, não é inócua e tampouco resulta de um consenso entre as diversas prioridades que se manifestam na sociedade. Antes, um problema reconhecido como público pode ser produto do sucesso de grupos de interesses e de agentes da sociedade civil organizados em obter permeabilidade, no sistema político, às questões que lhes importam (Marques, 2003). Neste âmbito, cabe problematizar o contexto em que tal debate se inscreve e o papel dos diferentes grupos e agentes não estatais para darem maior visibilidade às suas demandas como questões a serem incorporadas à agenda política. Teria a espacialidade um papel relevante nesse processo?

A literatura recente sobre o tema focaliza a emergência de formas de coordenação política mais orientadas para a participação e a conformação de redes de atores e agentes que possibilitam ampliar as interações entre o poder público e a sociedade civil (Dallabrida; Becker, 2003; Precedo Ledo, 2004; Innerarity, 2006; Bussi, 2007; Dallabrida, 2007; Farinós, 2008; Nunes Rodrigues, 2010; Ferrão, 2011; Boulineau, 2017; Lima, 2019). Com efeito, a ampliação de canais participativos em processos de elaboração de agendas nos desloca para questões relativas “às formas de cooperação, de integração, de confiança e de legitimação”, que oferecem oportunidades instituintes em uma diversidade de configurações político-territoriais (Innerarity, 2006, p.5). Nesse sentido, concordamos com Innerarity, quando assinala que, a despeito das estruturas, cabe valorizar a qualidade dos processos em uma forma reticular de fazer política alternativa à hierarquia tradicional, e com “disposição para aprender” (op. cit., p.8). Dessa forma, ganham notória relevância os conceitos de sociedade civil e de capital social (Putnam, 1993), por meio dos quais se “acentua o sentido da confiança e dos procedimentos informais, ao mesmo tempo em que se incentiva a atuação cooperativa” (Innerarity, 2006, p.13). Aos geógrafos, interessa a espacialidade das forças instituintes associadas aos processos de elaboração de agendas.

Para alguns autores (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2005), trata-se de um contexto privilegiado para experimentação de processos de construção coletiva de projetos futuros. Contudo, algumas questões que se referem à natureza e à qualidade da participação, à transparência dos processos decisórios, assim como sobre a legitimidade desses últimos, permanecem em suspenso. Afinal, quais os limites da representação e o escopo da delegação nesse processo? Como essas questões são elaboradas em modelos de Estado e em sociedades distintos? Como as estruturas institucionais, as coalizões político-partidárias e os contextos territoriais afetam as oportunidades instituintes?

Compreender que as políticas públicas envolvem processos complexos, desde a sua elaboração até a sua implementação é, portanto, um pressuposto importante da literatura sobre o tema. E eles são complexos sob distintas perspectivas. Uma delas se refere ao desenho institucional que orienta os processos de elaboração e de implementação de políticas. Com efeito, o desenho institucional é uma das componentes que afeta os processos de elaboração de políticas.

São conhecidas as teses de que o federalismo seria o modelo mais adaptado a so-

iedades que comportam fortes diferenças étnicas e socioeconômicas, e a territórios de vasta extensão (Affonso, 1995). No entanto, seguindo-se o princípio da natureza distributiva das instituições do federalismo, existe uma variedade de Estados que seguem o princípio federativo da soberania compartilhada, e não há modelos idênticos. As diferenças internas podem ser variadas, assim como a forma de distribuição territorial do poder político se relaciona mais ao modo como as diferentes sociedades acomodaram interesses políticos territorializados do que, efetivamente, ao grau de coesão ou coerência internas.

Acrescente-se que a existência de diferentes centros de poder decisório tem consequências para a maneira como as políticas são formuladas e implementadas. Nesse formato, as unidades subnacionais dispõem de autonomia política, administrativa e da capacidade de arrecadar recursos próprios. As competências das escalas subnacionais são originárias, derivam da Constituição Federal. Esses sistemas dependem, pois, de construção de negociações, de consensos e de processos de adesão para funcionarem. As competências das diferentes escalas de poder são definidas na Constituição Federal, e os programas federais para políticas públicas estão sempre condicionados a novas pactuações, a incentivos e a adesão das escalas subnacionais a esses programas. A descentralização, nesse formato, não pode se dar por transferência de competências, mas por adesão das escalas subnacionais a programas e projetos federais, mediante incentivos para tal, inclusive os fiscais.

Essa dinâmica é diferente da dos modelos unitários, em que as escalas subnacionais são unidades de administração e de gestão, mas, teoricamente, de não decisão sobre as políticas. As unidades subnacionais podem dispor de autonomia administrativa e arrecadar recursos próprios; são capazes de decidir sobre os meios, mas não sobre os fins das políticas públicas; a lei emana do Estado central e as competências das escalas subnacionais são delegadas. Na medida em que há subordinação e hierarquia entre as escalas subnacionais, é a lei do Estado central que define as competências e atribuições a serem implementadas nas unidades subnacionais.

Processos de descentralização podem ocorrer, portanto, por meio de transferência de competências, como ocorreu no clássico modelo de Estado Unitário francês, que se descentralizou ao longo dos anos 1980. No entanto, não se deve reduzir as diferenças entre Estados unitários e Estados federais a esquemas binários e simplificados para o entendimento de seus efeitos sobre políticas públicas (Arretche, 2020). Não se trata, efetivamente, de fórmulas excludentes – regimes de dispersão (federalismo) e de concentração (unitarismo). Estados federais podem ser mais ou menos centralizados, a depender do escopo de competências e dos desenhos nacionais de políticas públicas setoriais, como é o caso do Brasil.

No modelo brasileiro, a União preserva ampla capacidade legislativa, além de boa parte das competências relacionadas às políticas públicas setoriais serem compartilhadas entre municípios, estados e União. Isso significa que os processos de elaboração e de implementação de políticas se atrelam a uma engenharia político-institucional que define o desenho de uma política desde a escala nacional, e que, nas escalas locais, a autonomia política para modificar esse desenho acaba sendo reduzida. A União é, também, a escala de concentração de recursos, e o orçamento das unidades político-administrativas subnacionais é fortemente dependente de transferências

intergovernamentais, como vimos no caso do combate à pandemia de Covid-19 (Rodrigues; Azevedo, 2020). Esse modelo é bastante distinto do modelo dual norte-americano, por exemplo, em que os estados federados desempenham um papel decisivo importante sobre políticas públicas a serem implementadas em suas circunscrições, mais autônomas, também, do ponto de vista de suas capacidades fiscais.

Na medida em que a centralização e a descentralização se descolam dos conceitos de federalismo e unitarismo, essas questões se tornam mais interessantes e relevantes. Temáticas relacionadas às diversas formas de governança, rearranjos político-territoriais regionais que acionam distintas escalas políticas são componentes que complexificam as análises sobre os efeitos ou as implicações de desenhos de Estados federais ou unitários, mais ou menos centralizados, sobre os processos de elaboração e de implementação de políticas. Nesse sentido, estudos comparativos demonstram que não há relação direta entre unitarismo, federalismo e maior sucesso nos processos de formulação e, tampouco, melhor desempenho na implementação de políticas. Ademais, as oportunidades de acesso ao sistema político podem variar, para diversos grupos e agentes políticos, a depender do setor da política pública considerada e do estágio dos processos políticos (Wälti, 2013).

Desse modo, o federalismo pode funcionar tanto aumentando as oportunidades de permeabilidade da atuação da sociedade civil nos processos de elaboração de agenda, quanto dificultando esses processos, nas diferentes escalas de ação e de decisão. Sem contar que os arranjos político-partidários afetam as negociações em torno das ações e decisões a serem tomadas, influenciando as capacidades dos agentes públicos, nos diversos recortes e contextos territoriais.

Nesse sentido, diversos pesquisadores (Arretche, 2020; Abrucio; Franzese, 2014) vêm demonstrando que a associação entre Estados federativos e regimes de dispersão de autoridade, de um lado, e Estados unitários e regimes de concentração de autoridade política, de outro, não é suficiente para interpretar o modo como os diferentes modos de distribuição territorial do poder político afetam os processos de elaboração e de implementação de políticas. Ademais, há um leque de competências compartilhadas, que assumem desenhos diferentes nos distintos setores de políticas públicas. Por conseguinte, “é discutível a noção de um único e geral modelo para compreensão dos efeitos do desenho institucional sobre processos de elaboração e de implementação de políticas públicas” (Arretche, 2020, p. 7).

Em síntese, a questão sobre a qualidade e a natureza das políticas públicas parece derivar mais dos processos políticos e das diferentes oportunidades à permeabilidade de grupos de pressão e de agentes políticos estatais e não estatais do que, efetivamente, de fórmulas fixas associadas aos desenhos institucionais de Estados federais ou Unitários. Nessa perspectiva, é interessante compreender os contextos políticos em que tais políticas são concebidas, formuladas e implementadas. A tendência à maior justiça social, ou à equidade, ao reconhecimento e à qualidade democrática, por exemplo, não derivam da adoção de fórmulas federativas ou unitárias em si mesmas, mas dos diversos caminhos e fluxos de influência que se dão nas articulações entre diversos componentes do sistema político (Simeon, 2006).

Na próxima seção, discutiremos sobre as interações entre sociedade civil e Estado

e a maneira como os geógrafos têm se debruçado sobre o tema.

Ativismos e o problema das interações Estado-sociedade na análise de políticas públicas

O avanço dos debates sobre políticas públicas, para além do seu tradicional foco na fase de implementação, requer, portanto, uma abordagem que a contemple em todo o seu ciclo, isto é: formulação, implementação e avaliação. Nesse sentido, investigar a capacidade de influência da sociedade nesse processo significa aproximar a nossa análise do fundamento social das políticas públicas, bem como considerar a existência de outros agentes e circunstâncias fora do âmbito estatal que compõem diretamente o seu processo político constitutivo. Para tanto, faz-se notar uma lacuna existente na literatura sobre activismos e seu impacto nos processos de formulação da agenda política na Geografia.

Sabe-se que a relação entre Estado e sociedade está presente desde o processo de formulação da agenda política até os efeitos e resultados de sua implementação. Essa relação pode ser verificada a partir de diferentes formas de participação, como a opinião pública, os activismos, os espaços participativos, e por uma pluralidade de formas de interação, conflituosa e cooperativa, extra-institucional e institucional (Carlos et al., 2017; Carlos, 2015; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014).

As ações coletivas, sobretudo na forma dos diferentes tipos de activismos sociais, são um dos temas mais estudados em relação à participação social na formulação das políticas públicas. Entretanto, há divergências quanto a sua capacidade de impacto sobre as decisões políticas, assim como dificuldades metodológicas em mensurar o seu grau de influência em relação a outros elementos que compõem a esfera política (Amenta et al., 2019; Carlos et al., 2017; Amenta et al., 2010; Giugni, 1999; Burstein et al., 1995).

Carlos et al. (2017) destacam que os estudos sobre os efeitos políticos dos activismos sociais derivam do pressuposto de que esses produzem mudanças políticas e sociais⁴⁷ – sendo, de acordo com Giugni (1999), uma das razões de ser dos activismos sociais – em que recentemente avanços têm sido feitos de modo a identificar sob quais condições do contexto político esses resultados são produzidos, haja vista as distintas circunstâncias em que sua atuação está contida.

Nessa direção, para muitos autores (Wasow, 2020; Burstein et al., 1995; Kitschelt, 1986; Lipsky, 1968), os activismos são formas pelas quais grupos em desvantagem social ou com baixo poder político (*powerless*) buscam influenciar o sistema político e, conseqüentemente, afetar – em graus diferentes – os processos de elaboração

47 Como destaca Jenkins (1983 apud Burstein et al., 2005, p.275), “a participação do movimento deve ser vista como uma forma racional de alcançar objetivos políticos, mais arriscada do que os tipos mais convencionais de ação política (como votação), porém mais razoável para aqueles incapazes de exercer influência por meios convencionais e institucionalizados”. No original: “*that movement participation should be viewed as a rational way to achieve political goals, riskier than more conventional types of political action (such as voting), but reasonable for those unable to exert influence through conventional, institutionalized means*”.

de agenda. Nessa busca dos ativismos por influência política, destaca-se que “[...] as políticas públicas [*policies*] e outras mudanças políticas, uma vez promulgadas, muitas vezes se perpetuam e, portanto, mesmo uma influência de curto prazo dos movimentos pode ter um efeito de longo prazo” (Pierson, 2000 apud Amenta et al., 2019, p.450, tradução nossa)⁴⁸.

Na maioria das vezes, os estudos sobre as manifestações assumem como referência analítica uma perspectiva endógena ou *movimentocêntrica* (Pereira; Silva, 2022; Silva; Pereira, 2020), em que se ressalta essencialmente o contexto, as estratégias e lugares em que estão envolvidas. Diante disso, as metodologias empregadas são estruturadas em torno dos movimentos ou grupos mobilizados (Pereira; Silva, 2022). Parte-se dessa centralidade analítica para investigá-los sob diferentes ângulos relacionados aos objetivos pretendidos - como, por exemplo, a dinâmica política que os constituem, as identidades e narrativas construídas, as estratégias e ações tomadas e as consequências e resultados obtidos em suas ações.

De acordo com Carlos (2015), é possível identificar distintas perspectivas teóricas que compreendem a atuação dos ativismos sociais sob determinados significados e condições estruturantes na relação com o Estado. As perspectivas que destacam o traço extra institucional se distinguem quanto à autonomia em relação ao Estado, cujas abordagens diversificam-se conforme o foco das análises e o fundamento da ação política dos movimentos. Uma delas decorre da abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e da reformulação do marxismo clássico, que valoriza o aspecto identitário e a qualificação dos movimentos como espontâneos, autônomos e antagônicos ao Estado e à institucionalidade política, de forma geral. Apesar da transição de um enfoque de classes sociais para o campo da cultura, ao incorporar a noção de identidade coletiva, o contexto discursivo e a diversidade e pluralidade dos atores sociais e suas práticas, o caráter não institucional dos movimentos é entendido como o elemento fiador de sua autonomia, visto a concepção de passividade, manipulação e controle presente na institucionalidade e, por consequência, a crença na preeminência das forças sociais dominantes que formam o Estado.

Por outro lado, a perspectiva proposta pela Teoria do Processo Político (TPP) reconhece a institucionalidade da política, compreendendo os ativismos sociais em sua relação com o sistema político e o seu desenho político-institucional. Nessa abordagem, as ações coletivas são fenômenos cíclicos e essencialmente não institucionais, estando centradas na pressão sobre o sistema político de modo a apresentar as demandas sociais e obter engajamento e influência sobre as instituições políticas. As possibilidades de relação entre os ativismos sociais e o Estado são inscritas, portanto, nas possibilidades de análise dos conflitos, em que a institucionalização é definida como o processo de complexificação organizacional, expresso pela rotinização, burocratização e profissionalização da ação coletiva, geralmente associado à fase final dos ciclos de protesto – a desmobilização, que representa a fase de drástica diminuição da participação no movimento e a descrença ou enfraquecimento em sua eficácia.

48 No original: “*policies and other political changes once enacted are often self-perpetuating, and so even a short-term influence by movements may have a long-run effect*” (Tradução livre dos autores).

Em ambas as teorias sinteticamente aqui apresentadas se estabelece uma dicotomia entre ativismos sociais e Estado, que

tenderam a antever manipulação, cooptação e dependência nas interações das coletividades com o aparato estatal, conferindo autonomia e independência às ações diretas ou de protesto público, comumente vistas como desenvolvidas nos contextos de restrição democrática e de não acesso às instituições políticas (Carlos, 2015, p.39).

Contudo, diversos autores (Abers et al., 2014; Carlos, 2015; Albuquerque, 2015; Carlos et al., 2017; Lavalle, et al., 2018; Pereira; Silva, 2022) influenciados pela corrente neoinstitucionalista, analisam a influência dos ativismos sociais pelo que denominam de relações socioestatais (Lavallo, et al., 2018), em que são consideradas as interações entre as diversas formas de ativismos sociais e o Estado. Nessa perspectiva sobre a institucionalização da ação coletiva, não se estabelece uma separação analítica entre as dimensões da autonomia e da institucionalização. Considera-se, antes, a multiplicidade de formas de interação dos ativismos sociais com o Estado, seja de conflito e cooperação, seja híbrida, circunstancial e perene (Carlos, 2015; Carlos, 2017), em que “é fundamental considerar que as fronteiras entre os movimentos e o sistema político são imprecisas e fluidas e que os atores de ambos os campos se entrecruzam e se engajam em atividades que os conectam mediante relações que são mutuamente influentes” (Carlos, 2015, p. 46-47).

Nessa corrente, a lógica dos impactos ao sistema político e suas reações é considerada de acordo com a abordagem do corpo político ou da *polis (polity approach)* (Skocpol, 1992), que estabelece como princípio a autonomia relativa do Estado. Nessa perspectiva, o Estado deixa de ser considerado apenas como uma arena ou mero cenário da ação de grupos e é definido como um conjunto heterogêneo de instituições, agentes políticos e burocracias, marcado pelo legado institucional e pela autonomia relativa da atuação de seus agentes constitutivos. Dessa forma, as interações socioestatais devem considerar, por um lado, a ação independente dos políticos e gestores públicos, que apresentam interesses próprios, embora sensíveis às demandas sociais e, pelo outro, a existência – ou a falta – de *encaixes institucionais* entre os movimentos e o Estado, que representam pontos de acesso às instituições (órgãos, regras, prioridades, leis) e de influência política no processo de decisão (Skocpol, 1992) – como, por exemplo, na elaboração de políticas públicas.

Existem diferentes compreensões quanto aos impactos desencadeados pelos ativismos, que buscam evidenciar a capacidade de afetar o quadro social e político nos seus diversos sentidos. Dentre eles, Kitschelt (1986) compreende os impactos dos ativismos sociais por meio da análise da estrutura de oportunidade política formada sobretudo pelos sistemas políticos. Nessa abordagem, as características dos sistemas políticos, em seus diferentes desenhos, são determinantes para a compreensão do tipo de interação estabelecida, as estratégias adotadas e os impactos alcançados pelos ativismos sociais. A responsividade (*responsiveness*) dos sistemas políticos à interação com os ativismos sociais é, assim, determinada tanto pela *capacidade* em

implementar políticas públicas (*policies*) quanto pela *abertura* às demandas sociais (op.cit, p.63).

A partir dessas duas premissas, Kitschelt (1986) classificou os sistemas políticos em *aberto* e *fechado*, de acordo com o grau de acesso às demandas sociais, e *fracos* e *fortes*, de acordo com a capacidade de implementação de políticas em resposta. As estratégias variam, de maneira geral, em *assimilativas*, quando, ao encontrar sistemas políticos abertos e fracos, os movimentos tentam trabalhar por meio das instituições estabelecidas. Nesse sentido, compreende-se que as estruturas de oportunidades políticas oferecem múltiplos pontos de acesso. As ditas estratégias *confrontacionais*, por sua vez, são acionadas quando os sistemas políticos são fechados e fortes o suficiente para evitar ameaças à implementação das políticas públicas, que conduziriam a rupturas planejadas fora dos canais políticos usuais estabelecidos (op.cit, 66).

Paralelamente, as estruturas de oportunidades políticas conformadas nos sistemas políticos podem facilitar ou dificultar os impactos dos ativismos sociais, sendo classificadas em três tipos: processuais, substantivas e estruturais. Para tanto, os impactos ou ganhos processuais abrem novos canais de participação dos agentes do protesto e envolvem seu reconhecimento como representantes legítimos das demandas, enquanto os impactos substantivos são mudanças em programas ou mesmo em agendas políticas em resposta a protestos. Os impactos estruturais podem indicar uma transformação das próprias estruturas de oportunidade política como consequência da ação do ativismo (Kitschelt, 1986, p.66-67).

Os estudos sobre os efeitos políticos dos ativismos sociais buscam identificá-los por meio dos mais diversos indicadores, destacando-se aqueles relacionados ao comportamento dos agentes institucionais que são afetados e reagem à pressão ou influência desses movimentos, a saber o poder Executivo e o poder Legislativo. Rodrigues e Pereira (2022), por exemplo, avaliam, em perspectiva comparada, como o movimento negro e LGBTQ+ obtêm diferenças na intensidade e na estabilidade dos efeitos políticos no Poder Legislativo e Poder Executivo de acordo com as suas trajetórias de formação, tipo de relação e articulação com os integrantes de tais poderes. Por sua vez, Albuquerque (2015) apresenta o controle dos movimentos sociais de defesa dos direitos da criança e adolescente em São Paulo na configuração e implementação das políticas públicas socioeducativas, ao fazerem valer um repertório de interação com um conjunto de instituições competentes sobre o tema (poder Executivo, poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público), bem como por meio da formação de “coalizões de defesa” da perspectiva garantista dessas políticas.

Na Geografia, os estudos sobre os ativismos políticos se diversificaram ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, assim como de acordo com o contexto e difusão desses temas nos países e regiões do mundo⁴⁹. A temática dos ativis-

49 No Brasil, Souza (2004; 2006; 2008; 2009), Castro (2013), Pedon (2013) e Pedon et al. (2018) destacam que o campo de estudos sobre movimentos sociais se iniciou na década de 1960 de forma embrionária nos estudos de Josué de Castro e Manuel Correa Andrade sobre as Ligas Camponesas na região nordeste e ganharam corpo nos anos 1980, com o surgimento da corrente da Geografia crítica, embora nos anos 1990 o interesse neste tema tenha arrefecido. Enquanto isso, na perspectiva de autores anglófonos sobre ativismos sociais, Routledge (2015) destaca que a partir dos anos 1990 tenha havido um direto e consolidado engajamento dos geógrafos quanto ao tema dos movimentos sociais.

mos sociais foi, portanto, ganhando espaço na pesquisa geográfica como vetor de mudança social, não somente incorporando tradições teóricas das Ciências Sociais, como também evidenciando a ausência de um referencial teórico-conceitual capaz de analisar a espacialidade inerente às mobilizações coletivas e, em última análise, do conflito social e político (Nicholls, 2007; Santos, 2011; Pedon, 2013; Nicholls et al., 2013; Routledge, 2015; Pedon et al., 2018).

Grande parte desses estudos esteve concentrada na compreensão da espacialidade e das dimensões espaciais dos ativismos, seguindo-se uma chave de que os ativismos afetam a organização do espaço, assim como o próprio espaço é componente constitutivo de suas atuações. Nesse sentido, Routledge (2015), evidencia essa relação recíproca entre movimentos e espaço ao afirmar que

movimentos agem *a partir do* espaço, mobilizando-se politicamente a partir das condições materiais de seus espaços (locais); os movimentos atuam *sobre* o espaço, apropriando-se dele com uma identidade de grupo; os movimentos atuam *no* espaço, como sair às ruas para protestar ou ocupar terras; e movimentos *abrem* espaço: criando condições para ampliar o envolvimento em política pública (Routledge, 2015, p.383, grifo nosso; tradução nossa)⁵⁰.

Entre os geógrafos anglófonos (Sewell, 2001; Miller, 2013; Nicholls et al., 2013;), os ativismos políticos têm sido, ultimamente, apropriados e debatidos em diálogo com a abordagem do confronto político (*contentious politics*). Ao discuti-los a partir dessa abordagem, criticam a fraca presença do conhecimento geográfico, visto que em muitos estudos a espacialidade inerente aos conflitos é obliterada. Como destaca Sewell (2001), a literatura sobre os ativismos destaca os aspectos espaciais apenas episodicamente, quando são consideradas importantes para a descrição adequada dos eventos políticos contenciosos e a explicação da localização de sua ocorrência. Na maioria desses estudos, o espaço é tratado como um “contêiner”, um pano de fundo preestabelecido e não-problematizado, e não como um elemento constituinte do confronto político, que deva ser conceitualmente explicitado e sistematicamente investigado (Sewell, 2001).

Desse modo, esse conjunto de geógrafos tem se empenhado em demonstrar como a dimensão espacial é essencial para o entendimento dos conflitos sociais e, conseqüentemente, das mobilizações políticas, uma vez que, enquanto processos sociais e políticos, são eminentemente espaciais, envolvendo múltiplas espacialidades (Miller, 2013), as quais afetam os processos de elaboração de políticas. Para tanto, o principal objetivo é compreender como os conceitos da Geografia podem ser usados para analisar os diversos casos abarcados pela abordagem do confronto político, cujos atores e agentes políticos adotam uma variedade de táticas e estratégias espa-

50 No original: “Movements act from space, politically mobilizing from the material conditions of their (local) spaces; movements act on space appropriating it with a group identity; movements act in space, such as taking to the streets for protests, or occupying land; and movements make space: creating conditions to expand public political involvement (...).” (Tradução livre dos autores).

ciais no intuito de mobilizar e ganhar influência (Sewell, 2001; Miller, 2013; Nicholls et al., 2013;). Nesse sentido, cada espacialidade, como

lugares, escalas, territórios, regiões e redes são produzidos, alterados, e em alguns casos desmantelados como parte do processo de luta social, para promover os interesses de atores e agentes particulares. Essas espacialidades, além disso, existem materialmente na forma da fusão, distribuição e mobilidade dos recursos, incluindo pessoas, dinheiro, habilidades, equipamentos, informações etc. Eles existem também sob a forma de narrativas e imaginários que podem enquadrar e motivar cursos particulares de ação ou inação (Miller, 2013, p.331, tradução nossa)⁵¹.

Os estudos dos ativismos na Geografia Brasileira – acompanhando o que fora observado nas Ciências Sociais – foram influenciados pelas reformulações do marxismo clássico e da abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais, notadamente pelos trabalhos de Alain Touraine e Manuel Castells, que se tornaram as principais referências conceituais. Essas matrizes teóricas constituíram a base do pensamento da espacialidade dos ativismos, tanto em relação à proeminência atribuída à demarcação das identidades coletivas e sentido da luta social, quanto da resistência e mobilização dos grupos subalternizados em reação às contradições da organização socioespacial imposta pelos grupos dominantes e hegemônicos econômica e politicamente, sobretudo localizados na figura do Estado e do sistema capitalista.

A produção geográfica brasileira sobre os ativismos sociais pode ser distinguida pelo esforço na criação de um arcabouço conceitual próprio e pela ênfase na territorialidade dos movimentos. Um conjunto de conceitos foi elaborado para se compreender a Geografia (ou espacialidade) dos movimentos sociais, destacando-se a proposição da abordagem dos movimentos sociais pela díade analítica dos movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2000; 2005), a natureza sociogeográfica dos movimentos (Porto-Gonçalves, 2000) e a análise das práticas espaciais insurgentes (Souza, 2004). Em comum, atravessando esses diferentes pressupostos conceituais, destaca-se a primazia da territorialidade dos ativismos, em que a apropriação do espaço é tida como prática essencial da luta social e resistência ao poder hegemônico exercido através da organização socioespacial da sociedade.

Em que pesem as nuances entre as perspectivas de análise da geograficidade dos ativismos sociais, a participação social é, na maioria das vezes, compreendida sob o viés de resistência. Tal concepção parte da predominância de uma visão de antagonismo e confronto entre sociedade e Estado, este último entendido, de forma geral, como estrutura de poder opressora e subserviente às diretrizes do sistema capitalista. Para tanto, a institucionalidade dos ativismos sociais é classificada como forma de

51 No original: “*place, scales, territories, regions and networks are produced, altered, and in some cases dismantled as part of the process of social struggle, to advance the interests of particular actors. These spatialities, moreover, exist materially in the form of the amalgamation, distribution and mobility of resources—including people, money, skills, equipment, information, etc. They exist as well as in the form of narratives and imaginaries that may frame and motivate particular courses of action or inaction*” (Tradução livre dos autores).

cooptação, enfraquecimento ou mesmo reprodução da lógica de controle e opressão e, quando considerada, enquadra-se estrategicamente como uma tática eventual e cautelosa, com o objetivo de complementar a ação direta e de ampliar os ganhos dos movimentos (Souza, 2004).

Os ativismos não são temas presentes no campo da Geografia Política, que tradicionalmente se dedica ao estudo da política e espaço, tendo como foco o Estado e a institucionalidade. Entretanto, conforme aponta Koopman (2017), o recente processo de reformulação desse campo de estudos, impulsionado pelo fortalecimento de novos temas que discutem as relações de poder, como o feminismo, cultura e questões raciais, têm incorporado os ativismos como parte da sua ampliação de escopo analítico do que define como “política”⁵² e da compreensão da relação entre espaço e poder e política e espaço. Além disso, embora os ativismos sociais se refiram a relações eminentemente políticas, seja na organização e mobilização coletiva em torno de um mesmo interesse, seja nas mais diversas formas de interação com o Estado e demais instituições, grande parte dos autores que abordam o tema não identifica suas pesquisas – ou não se reconhecem – no âmbito do campo de estudos da Geografia Política, classificando seus trabalhos preferencialmente na vertente urbana, econômica, social e cultural da Geografia (Painter; Jeffrey, 2009; Koopman, 2017).

Esse contexto de reformulação evidencia, porém, impasses epistemológicos a serem superados. O primeiro é quanto à definição de política, fundamental para identificar os fenômenos políticos e sua espacialidade. A ampliação dos temas e conceitos do campo da Geografia Política traz consigo a divergência sobre a localização da política, isto é, se institucional ou diluída nas relações sociais, reproduzindo, com isso, o debate entre politólogos e sociólogos sobre um suposto primado da competência para a análise da política (Castro, 2021).

O segundo impasse consiste na interação entre sociedade e Estado. A entrada dos estudos sobre ativismos sociais ao campo da Geografia Política traz uma tradição de trabalhos que destacam a ação política em contexto de antagonismo dos grupos sociais mobilizados em relação ao Estado. Nessa matriz, sociedade e Estado estão em constante confronto ao representarem entidades políticas apartadas. Em contraposição, os trabalhos que tradicionalmente marcam a Geografia Política dão ênfase às ações políticas que decorrem do Estado, centro do poder que organiza a população e território. Nessa perspectiva, parte-se do princípio de que há uma relação de subordinação da sociedade ao Estado, reservando a influência da sociedade ao período eleitoral.

Diante disso, podem-se organizar dois polos de análise dos fenômenos políticos na Geografia: de um lado, um polo estadofóbico, em que a sociedade é eleita como o centro do poder político legítimo em relação ao Estado, visto como uma forma de poder opressora e, do outro lado, um polo estadofílico, em que o Estado é definido como centro do poder político que comanda e controla a sociedade, sujeita às ações

52 Para Painter e Jeffrey (2009), seguindo-se a matriz foucaultiana que inspirou diversos geógrafos, a discussão sobre o alargamento do entendimento sobre o que é político na Geografia Política pode ser traduzida na contemplação da “política informal” (ou política com “p” minúsculo), entendida como todas as relações de poder dispersas no meio social, para além da “política formal” (ou política com “p” maiúsculos), que compreende o sistema político e as relações institucionais.

estruturantes das ações estatais. Tais polos decorrem da influência que os campos da Sociologia e da Ciência Política exercem sobre a compreensão do fenômeno político pela Geografia, conformando distintas concepções a respeito de onde emana o poder político que orienta o processo de transformação social e as condições espaciais que a sustentam.

Esses dois polos estabelecem compreensões parciais da realidade política, cuja relação entre sociedade e Estado é mais complexa e concreta do que cada uma dessas perspectivas supõe. Nos últimos anos, alguns trabalhos têm sido desenvolvidos pela Geografia Política que abordam a lógica espacial das relações socioestatais, considerando a sociedade, na figura de seus grupos organizados, e o Estado, quanto à capacidade de participação social em suas instituições, sobretudo quanto ao estabelecimento de espaços institucionais participativos, como os Conselhos Municipais (Castro; Rodrigues, 2004; Rodrigues, 2004; Azevedo, 2021; 2018) e a atuação das manifestações políticas sobre o sistema político (Machado Filho, 2018; Machado Filho; Borges, 2017; Borges, 2020; Machado Filho, 2020;).

Ao fim e ao cabo, os ativismos representam uma componente importante para se conhecer a influência da sociedade nos processos de elaboração de políticas públicas. São, portanto, uma das formas pela qual a sociedade exerce o poder instituinte sobre o sistema político, cuja interação é observada a partir de diferentes perspectivas analíticas. Nesse sentido, a perspectiva de abordagem das relações socioestatais abre novas possibilidades de compreensão da atuação dos movimentos sociais e de seus efeitos nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas, nos diversos contextos em que ocorrem, para além da análise das particularidades dos desenhos político-institucionais nos processos de elaboração.

Considerações Finais

Este texto teve por objetivo revisitar o debate sobre políticas públicas, considerando-se algumas discussões sobre componentes que afetam os processos de elaboração de agendas e de implementação de políticas. Procuramos destacar alguns elementos a respeito de como os estudos sobre políticas públicas podem ser situados na busca de um olhar geográfico para os processos políticos inscritos nas interações Estado-sociedade que as fundamentam, desde a formulação de agendas até as implicações dos seus resultados e efeitos sobre a sociedade e o território.

Em uma primeira seção, buscamos destacar que a análise de políticas públicas se debruça para questões basilares sobre o porquê de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, seus objetivos, a trajetória seguida e o papel dos diversos agentes - estatais e não-estatais, envolvidos nos processos decisórios, além dos que serão afetados pela política pública. Nesse quadro, enfatizamos que os problemas que permeiam os sistemas políticos e têm visibilidade nas agendas são sempre produto de conflitos e de capacidades de elaborações sobre os interesses particulares e coletivos.

Ressaltamos, também, que os desenhos institucionais têm implicações para os processos de elaboração de políticas. Exploramos, assim, as diferenças entre Estados Federais e Unitários, mas argumentamos que esses esquemas binários são insuficientes para compreender as diversas possibilidades de distribuição territorial do poder decisório em processos de formulação e de implementação de políticas. Ademais, as oportunidades de acesso ao sistema político podem variar, para diversos grupos e agentes politicamente envolvidos, a depender do setor considerado e do estágio de desenvolvimento da política pública.

Na segunda seção, voltamo-nos para o problema das interações e dos confrontos entre sociedade civil organizada, por meio dos ativismos sociais, e sua capacidade de afetar as agendas políticas institucionais. Discutimos as maneiras pelas quais as interações entre sociedade civil e Estado podem apontar para processos de elaboração de agendas mais ou menos permeáveis à atuação de agentes não estatais, e apresentamos, ainda que brevemente, diferentes perspectivas de abordagem sobre o tema.

Para a Geografia, importa considerar que a atuação desses ativismos se constitui em bases espaciais claras, em que há uma espacialidade inerente às mobilizações coletivas e, em sentido amplo, do próprio conflito social e político que as constituem. Por conseguinte, há uma agenda de pesquisa que nos convoca a investigar as capacidades de influência da sociedade organizada nos processos decisórios associados à formulação e implementação de políticas públicas. Destacaríamos, sobretudo, os processos de mobilização social que pressionam os governos a incluir temas em suas agendas políticas, e as maneiras como o espaço é apropriado e organizado para se obter os efeitos políticos desejados.

A compreensão da dinâmica espacial de forças instituintes foi tradicionalmente dividida em perspectivas epistemológicas distintas - e muitas vezes antagônicas - sobre a qualidade das interações e dos conflitos entre sociedade e Estado. Mais recentemente, a abordagem das relações socioestatais propõe uma perspectiva mais integradora para a análise espacial desses conflitos. É nessa abordagem que nos inscrevemos para enfrentar desafios teóricos e metodológicos em nossos novos percursos investigativos.

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABRUCIO, F.; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**, 2014.

AFFONSO, R. B. A. A Federação no Brasil: impasses e perspectivas”. In: SILVA, P. L. B.; AFFONSO, R. B. A. (orgs.). **A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados**, São Paulo, FUNDAP, 1995, p. 57-75.

ALBUQUERQUE, M. C. A. A relação do movimento social com atores estatais no controle social sobre a política socioeducativa. **Interseções**, v.17, n.1, p.252-273, jun., 2015.

AMENTA, E.; CAREN, N.; CHIARELLO, E.; SU, Y. The political consequences of social movements. **Annual Review of Sociology**, v.36, p.287-307, 2010.

AMENTA, E.; ANDREWS, K. T.; CAREN, N. The political institutions, processes, and outcomes movements seek to influence. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H.; MCCAMMON, H. J. (eds.) **The Wiley Blackwell companion to social movements**. Hoboken, EUA; Chichester, RU: Wiley Blackwell, 2019, p.449-465.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

ARRETCHE, M. Estados federativos e unitários: uma dicotomia que pouco revela. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 28, n. 74, e003, 2020.

AZEVEDO, D. A. Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa. **Geografares**, n. 2, v. 6, p. 126-146, 2018.

AZEVEDO, D. A. **O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

AZEVEDO, D. A.; LINARES, D. E. H. Geografía de la democracia: espacio político abierto en conflicto en la elección presidencial de 2018 en México. **Geographia (UFF)**, v. 22, p. 1-16, 2020.

BORGES, S. S. **Espaços políticos e a democracia: as ruas das Jornadas de Junho de 2023 e seus impactos políticos institucionais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BOULINEAU, E. Pour une géographie politique de la coopération territoriale. **L'Es-pace Politique**, v.32, n.2, 2017.

BURSTEIN, P.; EINWOHNER, R. L.; HOLLANDER, J. A. The success of political movements: a bargain perspective In: JENKINS, J. C.; KLANDERMANS, B. (eds). **The politics of social protest - comparative perspectives on States and social movements** (vol.3). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

BUSSI, M. Pour une géographie de la démocratie: la géographie, ça sert maintenant à faire la paix? **L'espace politique**, n.1, 2007.

CARLOS, E. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções**, v.17, n.1, p.15-53, jun., 2015.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, n.17, p.360-378, 2017.

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO,

I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, I. E. Espaço Político. **GEOgraphia**, v.20, n.42, jan-abr., p.120-126, 2018a.

CASTRO, I. E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isto quer dizer?. **Geografares**, v.26, p.12-33, 2018b.

CASTRO, I. E. Geografia política: o que é e para que serve. **Espaço & Geografia**, v. 24, p. 1-25, 2021.

CASTRO, I. E.; RODRIGUES, Ju. N. Territorialidade das instituições participativas no Brasil. A localização como razão da diferença. **Revista do IEEE América Latina**, v.10, p. 1-20, 2004.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n.2, 2003.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.IX, n.245 (20), 2007.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1981.

FARINÓS, J. Gobernanza Territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A.G.E**, n.46, 2008.

FERNANDES, B M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n.6, p.14-34, 2005.

FERRÃO, J. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GIUGNI, M. How social movements matter: past research, present problems, future developments. In: GIUGNI, M.; MCADAM, D; TILLY, C. (eds.). **How social movements matter**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. xiii-xxxiii, 1999.

INNERARITY, D. El Poder Cooperativo: otra forma de gobernar. **Cuadernos de Liderazgo**, n.2, ESADE, 2006.

KITSCHOLT, H. P. Political opportunity structures and political protest: anti-nuclear movements in four democracies. **British Journal of Political Science**, v.16, n.1, jan., p. 57-85, 1986.

KOOPMAN, S. Social movements. In: AGNEW. J.; MAMADOUH, V.; SECOR, A. J.; SHARP, J. (eds). **The Wiley Blackwell companion to political geography**. Chichester: Wiley, 2017.

LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (orgs.) **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 20-86.

LEE, N. K. How is political space made? The birth of Tianamen Square and the May fourth movement. **Political Geography**, n. 28, p. 32-43, 2009.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme un nouveau mode de coordination territoriale? **Géographie, Économie, Société**, v.7, p.321-332, 2005.

LIMA, I. Pensar a governança territorial: entre a extensão e a compreensão do conceito. In: DINIZ, Marcelo B. & BARBOSA, Jorge (orgs.). **Governança territorial na Amazônia: possibilidades e desa'os em uma agenda democrática**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

LIPSKY, M. Protest as political resource. **The American Political Science Review**, v. 62, n.4, p. 1144-1158, 1968.

MACHADO FILHO, G. F. A cidade e seus espaços de contestação. **Revista Espaço & Geografia**, v.23, n.2, p. 180-196, 2020.

MACHADO FILHO, G. F. Dos espaços da sociabilidade aos espaços da ação política: transfiguração de ruas e praças em espaços políticos. **Geografares**, v.26, p.214-234, 2018.

MACHADO FILHO, G. F.; BORGES, S. S. Quando a rua se transforma em espaço político: espaços políticos abertos e suas conexões com os espaços políticos institucionais. In: **Anais do XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2017. p. 9129.

MAGDALENO, F. S. **A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses**. São Paulo: Annablume, 2010.

MARQUES, E C. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Anablume, 2003.

MILLER, B. Spatialities of mobilization: building and breaking relationships. In: NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. (ed.) **Spaces of contention: spatialities and social movements**. Aldershot: Ashgate, 2013.

NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. Conceptualizing the spatialities of social movements. In: NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. (ed.) **Spaces of contention: spatialities and social movements**. Aldershot: Ashgate, 2013.

NICHOLLS, W. The geographies of social movements. **Geography Compass**, v.1, n.3, p.607-622, 2007.

NUNES RODRIGUES, J. **La coopération intercommunale: regards croisés entre la**

France et le Brésil. Doutorado em Geografia, Université Jean Moulin Lyon, Lyon, 2010.

PAINTER, J.; JEFFREY, A. **Political Geography: an introduction to space and power.** London: Sage, 2009.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos socioterritoriais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

PEDON, N. R.; MONTEIRO, E. S.; MOTTER, R. J. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. In: SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. A. (orgs). **Espacialidade e movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. K.. Para além dos movimentos sociais: sobre a literatura brasileira da década de 2010. **Ciências Sociais Unisinos**, v.58, n.1, jan-abr., p.11-23, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v.1, n.3, ano 3, mai, p.5-26, 2000.

PRECEDO LEDO, A. **Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI.** Madri: Editorial Síntesis, 2004

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1993.

RODRIGUES, J. N. A importância do município como escala de gestão no Brasil contemporâneo. **Monografia de Graduação (Bacharelado em Geografia).** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia: a retomada de um debate. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

RODRIGUES, J. N.; AZEVEDO, D. A. Pandemia do coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. **Espaço e Economia**, v.IX, p.1-11, 2020.

RODRIGUES, C.; PEREIRA, M. M. Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBTQ+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Opinião Pública**, v.28, n.3, p.635-667, 2022.

ROUTLEDGE, P. Geography and social movements. In.: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (eds) **The Oxford Handbook of social movements.** Oxford: Oxford University Press., 2015.

SÁNCHEZ, M. P. El estudio de las políticas públicas. In: SÁNCHEZ, M. P. (org.). **Análisis de políticas públicas.** Granada: Editorial Universidad de Granada, 2005, pp. 51-75.

SEWELL, W. H. Space in Contentious Politics. In: AMINZADE, R. R. et al. (eds). **Si-**

lence and voice in the study of contentious politics. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.08, n.20, set-dez., p.26-49, 2020.

SIMEON, R. Federalism and Social Justice: Thinking Through the Tangle. In: GEER, S. L. **Territory, Democracy and Justice.** Palgrave macmillan: New York, 2006, pp.18-43.

SKOCPOL, T. **Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, 2006.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, vol.1, n.1, p. 13-47, 2004.

THOENIG, J-C. Les politiques publiques. In: GRAWTZ, M.; LECA, J. (Dir.). **Traité de science politique**, tome 4. Paris: PUF, 1985.

WÄLTI, S. Federalism and public policy: do federalism, regionalism and hybridity make any difference? In: LOUGHLIN, J.; KINCAID, J.; SWENDEN, W. **Routledge Handbook of Regionalism and Federalism.** Routledge: London; New York, 2013.

WASOW, O. Agenda Seeding: How 1960s black protests moved elites, public Opinion and Voting. **American Political Science Review**, v.114, n.3, ago, p.638-659, 2020.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.